

Nos anos 1980, a tendência hegemônica no PT era a chamada Articulação. Depois de 1989, houve um grande debate no Partido e nesta tendência, sobre como atuar no contexto da ofensiva neoliberal e da crise do socialismo.

Este debate resultou, primeiro, numa guinada à direita, que se tivesse prevalecido teria transformado o PT num partido social-liberal. Num segundo momento, como reação, houve um giro à esquerda: entre 1993 e 1995, uma precária maioria de esquerda controlou o Diretório Nacional do PT. Num terceiro momento, aquela maioria de esquerda foi desalojada: perdemos o 10º Encontro Nacional do PT por apenas 2 votos na tese guia e 16 votos na escolha do presidente do Partido.

Durante dez anos, entre 1995 e 2005, a esquerda partidária cumpriu um papel de resistência, oscilando entre 45% e 30% do Diretório Nacional. A Articulação de Esquerda ajudou a vertebrar, ao lado de tendências como a Democracia Socialista e a Força Socialista, esta resistência. Certamente cometemos muitos erros, mas olhando para trás podemos dizer que cumprimos um papel importante para o PT: sem nós, sem a pressão que exercíamos, a maioria moderada do PT poderia ter levado o Partido para um caminho de desacumulação de forças.

Exemplos disto: a tentativa de fazer o PT participar da revisão constitucional, que po-

deria ter nos custado inclusive algumas estatais; a tentativa de aprovar o parlamentarismo, que inviabilizaria de fato o governo Lula; a tentativa de lançar outro candidato presidencial, que não Lula, em 1998; e as ridículas tentativas de tratar o PSDB como nosso aliado, tentativas que até recentemente causaram desastres, como em Belo Horizonte.

Já em 2005, a direita se empenhou a fundo em destruir o PT. Aproveitou-se, para isto, de erros cometidos por figuras do próprio Partido. E, frente ao ataque da direita, outros setores do Partido se acovardaram ou ficaram em tamanha defensiva que alguns não conseguiam, nem mesmo, dizer um único motivo para acreditar, defender e votar no PT. Nós da Articulação de Esquerda, igual a outros setores do petismo, não titubeamos em defender o PT e cumprimos ali um papel muito importante. Embora, é preciso reafirmar, o papel fundamental tenha sido cumprido pelo petista anônimo, aquela montanha de gente que não apenas foi votar no PED de 2005, mas defendeu o PT na rua.

Embora a Articulação de Esquerda tenha sido criada oficialmente nos dias 18 e 19 de setembro de 1993, seu ponto de partida foi o lançamento do manifesto A hora da verdade, que começou a circular no dia 4 de fevereiro de 1993. A seguir, publicamos a íntegra daquele manifesto.

ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA



20 ANOS

MANIFESTO AOS PETISTAS

O PT, que vinha desenvolvendo, na teoria e na prática, um projeto de sociedade socialista democrática ajustado às condições concretas do Brasil, encontra-se hoje num impasse político e teórico: praticamente interrompeu seu processo de elaboração, rendendo-se, momentaneamente, às discussões ditadas pela chamada agenda da modernidade importada pelos neoliberais tupiniquins.

É inegável que convivemos com o risco, diante do qual sucumbiram inúmeros partidos de origem operária e popular, de nos convertermos num partido da ordem. Em alguns momentos parecem estar esmaecendo os traços que nos distinguiram dos partidos do sistema, como na campanha das Diretas, no episódio do Colégio Eleitoral, na recusa aos sucessivos pactos das elites: a contingência de estabelecer alianças, em torno de programas ou de propostas pontuais, transforma-se em objetivo a qualquer custo; a interlocução necessária com a sociedade cede frequentemente à tentação do senso comum, ao nadar-a-favor-da-corrente, num processo de hegemonia às avessas em que o discurso dominante nos iguala, tornando-nos, portanto, mais palatáveis.

O resultado das últimas eleições – em que fomos o partido mais votado nas capitais, no 1º e no 2º turnos – mostra o potencial de nossa política de acúmulo de forças, de disputa de hegemonia, de participação nas instituições do Estado burguês, de nossa estratégia de ser-governo-para-ser-poder.

Mas algumas das derrotas sofridas nas últimas eleições deixam evidente que o PT perde quando adota comportamento ambíguo – tal como agora diante do governo Itamar, tratado como aliado incômodo, a quem se presta colaboração disfarçada.

O amadurecimento político do PT não pode refrear nosso caráter rebelde nem amainar nossa radicalidade. Chega de bom-mocismo. Nada de domesticação.

Radicalmente democrático, construído de “baixo para cima”, o PT, desafortunadamente, revela sintomas perigosos de burocratização. Nota-se um emperramento dos mecanismos democráticos de tomada de decisão; há um visível distanciamento entre direções e bases; é notório o esvaziamento das instâncias – dos núcleos de base às direções municipais, regionais e nacional; o pragmatismo, a competição, o eleitoralismo correm soltos, esgarçando o companheirismo, a convivência fraterna e a solidariedade. A fragmentação enfraquece o partido, afugenta os filiados e desanima a militância – nosso principal patrimônio.

Cresce entre nós o inconformismo com aqueles que, transformados em “notáveis” por força da militância, fazem tudo para ser mais iguais que os outros. Tanto é verdade que certas “personalidades públicas” do partido tentam submeter o coletivo a seus desígnios particularistas, chantageando a militância e afrontando a democracia interna.

A democracia é a vida do PT. Sem esta seiva, nosso projeto se exaure, fenece. Ninguém, nenhum parlamentar, nenhum prefeito, nenhuma liderança, nem mesmo o Lula, pode se sobrepor às maiorias e às decisões democráticas, legitimamente firmadas no interior do PT.

Afrontando as elites, o PT alargou o conceito e a prática da democracia no Brasil, vinculando o social e o econômico do seu nascedouro à política, à disputa eleitoral e às instituições de Estado, em que as classes dominantes costumam confinar a democracia formal. Para nós, não há democracia sem direito de greve, sem democratização da informação, sem justiça social, sem distribuição de renda e riqueza, sem abolir a exploração.

Agora, porém, impactados pela velocidade dos acontecimentos no Leste europeu e pela desenvoltura das iniciativas do bloco capitalista, concentramo-nos na disputa institucional de forma quase exclusiva, como se a realização necessária de reformas político-eleitorais fosse uma espécie de ante-sala ou pré-condição para avançarmos na direção de transformações estruturais na sociedade brasileira. Sem luta social, sem participação popular, sem mobilização dos trabalhadores – que educa, politiza e democratiza – não extravasaremos os limites atuais, que coonestam a miséria, a fome, a concentração de rendas, de terras, de riquezas e poder, as injustiças, a desagregação social.

Historicamente violentas e excludentes, as classes dominantes brasileiras resistem secularmente a transformações estruturais. As mudanças que se impuseram foram conquistadas a ferro e fogo, freqüentemente após as elites terem infligido derrotas aos “de baixo”. Veja-se o exemplo da Abolição da Escravatura e das leis trabalhistas de Getúlio, para ficar em apenas dois casos. Nada indica que este comportamento tenha mudado. Portanto, é ilusório sonhar com uma sociedade de consensos, sem disputas, um capitalismo sem conflitos sociais, bem gerenciado por governos de coalizão, em que acordos setoriais e ações parlamentares pluripartidárias ditam o ritmo, a forma e o conteúdo das reformas. Não é função do PT agradar as elites: nossa aspiração é estar ao lado das maiorias, dos trabalhadores, dos deserdados, contra os de cima, contra os poderosos, os exploradores.

Tal como vimos assinalando em nossos congressos, é forçoso reafirmar: a construção do socialismo no Brasil será obra de milhões de trabalhadores, num processo longo de acúmulo de forças, por meio de variadas formas de luta, num processo de ruptura com o atual modelo de desenvolvimento e com o sistema capitalista.

O PT só pode enfrentar a agenda política de curto prazo, que se desdobra no plebiscito sobre forma de estado e sistema de governo, na revisão constitucional e na oposição ao governo Itamar, caso recupere sua tradição radical, popular, democrática, socialista. É inaceitável que, em nome de malfeitos cálculos eleitorais, nosso partido deixe de apresentar uma alternativa global para a crise brasileira; é inaceitável que em nome de inexistentes “responsabilidades”, nosso partido não faça oposição firme contra um governo que, não obstante suas diferenças com Collor, é nitidamente conservador; é inaceitável que nosso partido, em nome da urgência de reformas políticas, aceite ficar sob a hegemonia conservadora na discussão sobre sistema de governo. O partido que nós queremos não pode ser aquele que cogita apoiar governos que o PFL também apóia. O partido que nós queremos não pode ser aquele em que dirigentes proclamam-se adeptos da monarquia. O partido que nós queremos não pode mais conviver com isso, sem deixar de ser PT.



Recuperar o espírito de partido, afirmar a democracia interna e superar a fragmentação – que enfraquece o partido, afugenta os filiados e desanima a militância, nosso principal patrimônio – implica, além de um basta às ambigüidades e distorções na política e no perfil partidários, um conjunto de medidas organizativas. Entre elas, derrotar aquelas concepções que não dão importância ao trabalho partidário voltado aos movimentos sociais – exatamente num momento em que é preciso superar o atual impasse no movimento sindical –, que defendem o afrouxamento das instâncias como virtude, impedindo seu funcionamento efetivo e ampliando, ao invés de reduzir, a centralização decisória.

Entre os vários desafios do PT, há um central: a elaboração de um Programa de Ação de Governo, que atualize, aperfeiçoe e amplie o PAG-89, mantendo-se as diretrizes de caráter democrático-popular. E que sintetize as grandes reformas estruturais em torno das quais devemos convergir os nossos dispersos esforços setoriais.

A confecção desse PAG, na qual se envolverão vários setores do partido, nossos simpatizantes, apoiadores e aliados, será um momento único para continuar a passar o país a limpo. Exigirá, de nós todos, um cuidadoso trabalho de diagnóstico do país, da realidade conjuntural, das características e particularidades regionais a serem contempladas nas propostas, mas também das diferenças gritantes a serem sanadas para conjurar as ameaças nada folclóricas de secessão na unidade nacional. Requererá, também, um paciente e criativo processo de apresentar propostas e soluções, sem o que nenhuma campanha eleitoral, por mais radical que se apresente, colherá sucessos.

Naturalmente, não ficaremos confinados aos gabinetes: é nesse processo que forjaremos as alianças possíveis para conquistar o governo, sustentá-lo e viabilizar o programa. A disputa de 94 é uma referência importante, um marco decisivo. Mas nosso projeto não se esgota aí, com a vitória ou a derrota. É preciso, desde já, no debate democrático, sem sectarismo, sem rotulações ou preconceitos, reabrir os caminhos para concretizar nosso sonho, mais vivo do que nunca, de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem represão nem exploração: a utopia do socialismo democrático.

Comprometidos com estas idéias, nós, conclamamos todos os petistas a se engajarem nos debates e nas disputas políticas que antecedem o 8o Encontro Nacional, quando se definirão os rumos do PT para os próximos anos.